

Recebimento: 28/03/2019  
Aceite: 30/05/2019

## **COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: OS ENTRAVES DO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NA MICRORREGIÃO DE ITAJUBÁ/MG**

## **COMMUNICATION AND DEVELOPMENT: THE HINDRANCES OF ACCESS TO CULTURAL PUBLIC POLICIES IN THE MICRO-REGION OF ITAJUBÁ / MG**

Lucas Peixoto Lima<sup>1</sup>  
Carlos Alberto Máximo Pimenta<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este trabalho trata da relação entre desenvolvimento e comunicação, tendo como proposição os entraves vivenciados pelos agentes culturais com pertinências ao acesso de políticas públicas culturais. Circunscreve-se os aspectos estudados em municípios da microrregião de Itajubá, Sul de Minas Gerais, com foco em editais municipais, estaduais e federais, no tocante ao uso de tecnologias de informação e comunicação. O trabalho justifica-se ao explorar as formas que essas políticas refletem na geração de renda local, levando em conta o uso de tecnologias para difusão de seus saberes e fazeres. Objetiva-se identificar de que forma o sistema de comunicação afeta a dinâmica do acesso às políticas públicas em nível econômico-estrutural das atividades desenvolvidas pelos agentes culturais. A metodologia baseia-se na aplicação e análise de entrevistas semiestruturadas feitas junto aos gestores públicos e na aplicação de questionário aos agentes culturais atuantes na microrregião de Itajubá. Verificou-se que a redação dos projetos inscritos em editais torna-se inefetiva, vezes pela falta de pessoal habilitado vezes pela exigência dos editais, traduzindo-se em participações seletivas. Os agentes culturais ratificam a dificuldade constatada na sistematização dos dados, o que diminui a valorização dos saberes e fazeres artísticos e a possibilidade de aumento de fonte de renda, mas, em termos de criatividade, apostam nas divulgações dos trabalhos nas plataformas digitais existentes.

**Palavras-chave:** Comunicação e desenvolvimento. Desenvolvimento regional. Políticas culturais. Tecnologias digitais.

### **Abstract**

<sup>1</sup> Doutorando no PPG em Ciência, Tecnologia e Sociedade (UFSCAR), São Carlos - SP, Brasil. E-mail: lucaspeixoto.cco@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP). Professor e pesquisador do PPG Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade na UNIFEI, Itajubá - MG, Brasil. E-mail: carlosalbertopimenta@gmail.com

This work deals with the relation between development and communication, having as a proposal the obstacles experienced by cultural agents with pertinence to the access of cultural public policies. Circumscribes the aspects studied in municipalities of the micro-region of Itajubá, South of Minas Gerais, focusing on municipal, state and federal public edicts regarding the use of information and communication technologies. It is justified by the ways in which these policies reflect the generation of local income, taking into account the use of technologies to disseminate their knowledge and actions. It aims to identify how the communication system affects the dynamics of access to public policies at the economic and structural level of the activities developed by cultural agents. The methodology is based on the application and analysis of semi-structured interviews with public managers and questionnaire application to the cultural agents operating in the Itajubá micro-region. It was verified that the writing of the projects inscribed in the edicts becomes ineffective, sometimes due to the lack of personnel enabled by the requirement of the edicts, translating into selective participations. The cultural agents confirm the difficulty in systematizing the data, which reduces the value of artistic knowledge and skills and the possibility of increasing the source of income, but in terms of creativity, bet on the dissemination of work on existing digital platforms.

**Keywords:** Communication and development; Regional development; Cultural policies; Digital technologies.

## Introdução

Este trabalho faz uma análise da relação entre desenvolvimento e comunicação, tendo como proposição os enfrentamentos vivenciados pelos agentes culturais com pertinências ao acesso de políticas públicas culturais<sup>3</sup>, circunscritos aos aspectos estudados em municípios da microrregião de Itajubá, Sul de Minas Gerais, especificamente com foco em editais municipais, estaduais e federais, no tocante ao uso de tecnologias de informação e comunicação.

Nesse sentido, ele trata de reflexão sobre os modos em que os agentes culturais acessam as políticas públicas da cultura, a partir do uso das tecnologias digitais, dos meios de comunicação e dos processos que se constituem na de geração de renda.

Dentro desse rol de preocupações, não se perde de horizonte o conjunto de saberes e fazeres artístico-culturais que compõe as atividades e práticas desses agentes. A abordagem também não perde de horizonte discussões aos temas da cultura, desenvolvimento e tecnologia no campo da interdisciplinaridade.

Esta junção é parte dos resultados de pesquisas em execução – e executadas – no projeto Observatório de Desenvolvimento e Cultura no Sul de Minas Gerais<sup>4</sup>, inscrito no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Desenvolvimento (NEID), dentro do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS) da Universidade Federal de Itajubá.

O Observatório dispõe para estudo: grupos, coletivos e institutos que atuam na microrregião de Itajubá como agentes fomentadores da cultura e das redes nas quais estão inseridos, possibilitando movimentos e oportunidades de geração de renda e de fruição de saberes e fazeres explícitos e implícitos. Para essas inserções, assume-se o caráter interdisciplinar.

No caso desta pesquisa, a triangulação entre cultura, desenvolvimento e tecnologia por si se enquadra no campo interdisciplinar, mas cabe ressaltar a devida articulação que se faz no texto. A cultura, conceito complexo, representa não somente os modos, costumes e práticas da sociedade, mas também as formas de uso ou não das tecnologias existentes. O desenvolvimento será entendido como um processo que incorpora aspectos econômicos, sociais, ambientais, tecnológicos e culturais. Portanto, a tecnologia aqui tratada tem referência no conjunto de leis, normas, decretos, editais e nas plataformas públicas para a disputa de recursos disponibilizados pela pasta da cultura.

Na intersecção desses elementos é que se justifica o esforço de explorar as formas que as políticas públicas culturais têm seus rebatimentos na geração de renda local, com as devidas apropriações do uso das tecnologias para difusão de seus saberes e fazeres da cultura local.

<sup>3</sup> Outras perspectivas sobre as discussões de políticas públicas culturais, ver Pimenta *et al* (2018); Pimenta (2017).

<sup>4</sup> Pesquisa financiada pela FAPEMIG dentro do Programa Pesquisador Mineiro, PPM-X/2016.

Assim, é pertinente questionar de que forma os meios de comunicação para a divulgação das políticas públicas da cultura refletem na obtenção de financiamento e geração de renda dos artistas, agentes e organizações culturais da microrregião de Itajubá. A pergunta reverbera na leitura que os interessados fazem do uso da tecnologia e das redes sociais digitais enquanto ferramentas nas suas práticas artístico-culturais.

Pretende-se, em termos de objetivo, identificar de que forma o sistema de comunicação afeta a dinâmica do acesso às políticas públicas em nível econômico-estrutural das atividades desenvolvidas pelos agentes culturais.

Tem-se, como aposta, o caminho metodológico qualitativo na busca de respostas à pergunta e ao objetivo, privilegiando a aplicação de questionário aos agentes culturais atuantes na microrregião de Itajubá bem como a realização de entrevistas junto aos gestores públicos das pastas de cultura ou interligadas a esta.

Ressalta-se que a articulação textual se encontra estruturada em três partes aparentemente distintas, mas interseccionadas pelo tema da comunicação e desenvolvimento que perpassam pelo questionamento entre cultura, desenvolvimento e tecnologia no campo de conhecimento denominado de interdisciplinar.

Na primeira parte, busca-se apresentar um percurso metodológico que dê maior sentido às leituras dos dados e às informações coletadas em campo, nas quais se estabelece um eixo central: a cultura. A segunda parte, na predisposição de apresentar as formas de participação dos agentes culturais em editais de fomento, faz-se uma descrição das realizações de suas práticas. Nesse ponto, utiliza-se de números para potencializar as falas e argumentos coletados na pesquisa. Na última parte, a terceira delas, efetiva-se uma linha de análise sobre as ferramentas digitais e sobre a interface das políticas culturais. Essas estratégias permitem visualizar aspectos das dimensões da importância da comunicação dentro das questões do desenvolvimento.

## Os entraves do acesso às políticas públicas: um percurso metodológico

A tecnologia, nos termos estabelecidos pelo sistema de comunicação e circulação de informações no século XXI, conecta-se ao cotidiano do indivíduo por intermédio dos meios e entornos de suas relações como mídia, escola, família, lazer, trabalho. Dessa forma, ela não se restringe à condição de ferramenta, na qual executa funções e serve de instrumento, pois vê-se também que se promove o alargamento de sua definição quando vista como um ator, que influencia, é influenciada, transforma e é transformada, dilata (e também contrai) as fronteiras das redes nas quais se faz presente.

No contexto da cultura, os saberes e fazeres, os signos e símbolos, as tradições e costumes perpassam práticas e códigos de sociedades e de seus coletivos, no que tange à organização e aos dogmas, os quais reverberam no uso da tecnologia de nosso tempo. Portanto, as conexões e as intersecções entre a tecnologia e a cultura pressupõem estudos em diferentes frentes. Em Néstor Garcia Canclini<sup>5</sup> e Jorge A. González<sup>6</sup>, busca-se o entendimento dessas relações, apreendendo as minúcias, os entraves e as complexas implicações.

Esse emaranhado de significados coloca em centralidade o papel do agente cultural enquanto intérprete do sistema de comunicação na condição de acessar, traduzir e difundir a cultura local na perspectiva do desenvolvimento regional.

Nesse contexto, o conceito de “agente cultural” é extraído das reflexões de Rubim (2017, p.25). Para esse autor, um agente cultural não é “necessariamente um artista, intelectual, cientista, mestre da cultura popular, gestor, produtor, curador, programador, museólogo, professor, crítico, comunicador, pesquisador, restaurador, arquiteto etc.”, o que significa que pode ocupar todas as funções simultaneamente, ou parte delas, mas acima de tudo “é um militante da cultura” (RUBIM, 2017, p. 26)

Na condição de militância, o agente cultural pode trazer determinada compreensão, transformação e modificação ao ambiente, aos espaços coletivos ou comunitários em que atua. Na relação com os instrumentos tecnológicos disponíveis, é imposto-lhe, em tempos de conexão ao cenário cultural, o conhecimento das informações e das tecnologias para acesso às políticas públicas culturais. Dessa perspectiva, os agentes culturais passam a ser o informante principal da proposta e

<sup>5</sup> Ver Culturas híbridas (1990).

<sup>6</sup> Ver Entre cultura(s) y cibercultur@(s) (2012).

da cultura na instância de captação dos dados a serem explorados neste percurso. Nessa instância, trabalha-se em seu sentido mais restrito, o sociológico. Refere-se à cultura como sendo um

[...] campo das institucionalidades, constituindo um circuito institucional. Nesse caso, a produção de sentidos é construída intencionalmente e, de modo geral, busca algum tipo de público, utilizando-se de linguagens específicas ou criando mediações também intencionais. [...]. Em outras palavras, a dimensão sociológica da cultura se refere a um conjunto diversificado de demandas profissionais, amadoras, institucionais, políticas e econômicas, o que a torna visível e palpável. Ela é composta por circuitos organizacionais variados e complexos, passando a ser naturalmente o foco de atenção de políticas culturais. (BOTELHO, 2016, p. 22).

Apresentados os elementos de partida, tecnologia, agentes culturais e cultura, faz-se necessário desencadear os passos da proposição. Registra-se que a pesquisa foi realizada na microrregião de Itajubá, com ênfase nos municípios inscritos no Sistema Nacional de Cultura, sendo eles: Brasópolis, Cristina, Delfim Moreira, Maria da Fé, Marmelópolis, Paraisópolis e Piranguçu.

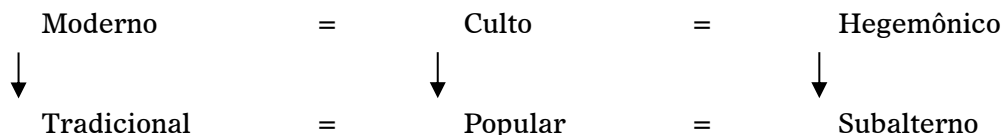
A escolha se deu porque houve um entendimento durante a sistematização dos dados coletados de que os municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) e criaram o seu Plano Municipal de Cultura (PMC) possuem melhor compreensão sobre os ditames atuais das políticas culturais praticadas no Brasil, no sentido de proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. Fundamenta-se também pelo fato das ações com base no SNC convergem para o fortalecimento e para a preservação das expressões culturais presentes nos municípios.

Como suporte, fez-se uso, na pesquisa, de três autores fundamentais, cujas pesquisas estão sedimentadas nas três áreas de interesse declinadas, cultura, desenvolvimento e tecnologia. Trata-se dos autores Manuel Castells (2010), *A Sociedade em Rede*, Néstor García Canclini (2001), *Culturas Híbridas*, e Jorge A. González (2007), *Entre cultura(s) y cibercultur@(s)*. Há certa centralidade nas questões tratadas por esses autores, desenvolvimento, tecnologia e cultura na América Latina. Nessas obras, são exploradas as condições vividas que se aplicam na microrregião, em que se valoriza os aspectos da cultura que se entrecruzam na posição de cada autor.

No que se refere à relação cultura e tecnologia, aborda-se o tema de cibercultura e como esta interage com países cujos acessos à tecnologia não são tidos como certo, principalmente no tocante aos meios de comunicação. Sobre o tema cultura e desenvolvimento, aborda-se o hibridismo das culturas tradicionais com a modernidade, não só para o seu apreço, mas também para o seu fomento, produção e proteção. No que tange ao desenvolvimento e tecnologia, aborda-se a questão sociotécnica, que permeia a ciência e suas tecnologias em sua dupla faceta de ampliação/restrrição de acesso a elas.

O primeiro tema a ser tratado, para que se possa compreender o local de partida das ideias aqui expostas, é sobre a situação do Brasil dentro de uma economia-mundo, um país de colonização exploratória, de democracia jovem e fragilizada, que ainda não atingiu o estado de bem-estar social. Dentro da lógica de desenvolvimento econômico mundial, temos tecnologia atrasada e sucateada, sujeito às políticas externas de nações tidas como mais poderosas. Essa posição traz algumas comparações interessantes, ilustradas por Canclini (2015, p.206), como na figura 1.

**Figura 1:** Dicotomias de Canclini



Fonte: Culturas Híbridas, 2015, p. 206

Para o autor, há certo interesse dos setores hegemônicos em promover a modernidade e uma fatalidade dos populares que desejam se manter tradicionais, condenando-os à subalternidade (CANCLINI, 2015, p.206). Essas tensões, entre o hegemônico e o subalterno, entre o incluído e o excluído, reflete nos processos de segregação e também de hibridação entre os setores sociais e seus sistemas simbólicos, culturais (CANCLINI, 2015, p. 40).

Sendo um país subalterno, outrora designado como subdesenvolvido, periférico, emergente, ou de terceiro mundo, restringe-se ao Brasil algumas condições específicas em relação a diversas

esferas da sociedade, como na economia, na política e na inovação e no uso de tecnologias, somente para citar algumas. Esse último fator, das tecnologias, gera o que é chamado de brecha digital, como exposto por González (2012, p.232):

Em todas as zonas periféricas do *sistema-mundo* (WALLERSTEIN, 1979) vive-se uma distância, aparentemente intransponível, com relação aos países centrais que permanentemente geram desenvolvimentos tecnológicos e conhecimentos. A esta distância tem-se chamado *digital divide*, ou *brecha digital* (TERCEIRO; MATÍAS, 2001)

Essa brecha digital possui reflexos nos mais diversos setores sociais, sendo de interesse, para os fins deste trabalho, os no desenvolvimento, na comunicação e, conseqüentemente, na cultura. “Os países centrais usam as inovações tecnológicas para acentuar a assimetria e a desigualdade em relação aos dependentes” (CANCLINI, 2015, p.346), seja através do mercado financeiro, da produção e da distribuição de alta tecnologia ou no controle dos recursos naturais presentes nos países subalternos.

Com isso, novos arranjos sociais se criam a partir desse contexto tecnológico, sendo que, na cultura, as ferramentas e os serviços disponíveis atuam de maneira fundamental no modo de se comunicar e de se expressar. Como dito por Castells (2016, p.20-21):

O poder de comunicação e processamento de informações da internet está sendo distribuído em todas as áreas da vida social, assim como a rede e o motor elétricos distribuíram energia no processo de formação da sociedade industrial. À medida que se apropriaram de novas formas de comunicação, as pessoas construíram seus próprios sistemas de comunicação em massa, via SMS, *blogs*, *vlogs*, *podcasts*, *wikis* e coisas do gênero. O compartilhamento de arquivos e as redes *peer-to-peer* (p2p) tornam possível a circulação, mistura e reformatação de qualquer conteúdo digital. (CASTELLS, 2016, p.20-21)

Tais ideias são reforçadas por Canclini, quando este afirma que novas tecnologias da comunicação e sua conseqüente reorganização industrial da cultura “não substituem as tradições nem massificam homogêneas, mas transformam as condições de obtenção e renovação do saber e da sensibilidade” (CANCLINI, 2015, p.262-263). Destarte, para que seja possível manter tradições e expressões populares perante o processo de modernização, faz-se necessária a intervenção do Estado, do poder público, uma vez que não necessariamente tais saberes e fazeres culturais são de ordem econômica ou visam ao lucro, assim, fora do interesse do capital privado.

Junto a isso, vive-se atualmente o que se denomina como mídias pós-massivas, um estágio posterior à cultura de massa e à do espetáculo discutida por Guy Debord (2003). Tal cenário não possui os mesmos constrangimentos físicos e temporais do século passado, agora, informações podem ser criadas e resgatadas em qualquer lugar, a qualquer momento. Dessa maneira, Lemos (2018, p.24) indica os três pilares básicos que caracterizam a atualidade das tecnologias de informação e comunicação: liberação do polo de emissão, conexão generalizada e reconfiguração social, cultural, econômica e política.

González defende a cibercultura como um valor de desenvolvimento social. Para ele:

Desenvolver *cybercultura* significa redesenhar coletivamente e de baixo para cima (*bottom-up*) uma atitude diferente e, ao mesmo tempo, apreender uma série de habilidades transmissíveis que nos permitam operar habilmente com as tecnologias disponíveis ante as necessidades de informação, para gerar e valorizar o conhecimento e para coordenar ações de comunicação que permitam romper o círculo vicioso da dependência tecnológica. (GONZÁLEZ, 2012, p.238)

Dessa forma, faz-se um paralelo entre os dois teóricos, Lemos e González, para apontar que a cibercultura: (1) tem poder emancipatório, uma vez que os polos de emissão das informações são distribuídos, longe do controle total do Estado e do poder privado; (2) é coletiva, generalizada e comunitária, pois opera a partir de todos os extratos sociais e (3) tem maior capacidade de operar transformações por intermédio da troca de habilidades e conhecimentos, rompendo ciclos viciosos.

Políticas culturais servem-se da mediação tecnológica e de princípios da cibercultura para alcançar agentes culturais, artistas e artesãos nos mais recônditos cantos da nação, possibilitando acesso às leis e, assim, o fortalecimento da diversidade cultural e identitária.

Com base nesse enunciado teórico é que se apresenta o passo a passo do percurso consignado e os critérios de levantamento de dados e análise. Iniciam-se com os instrumentos de coleta dos dados, as fontes das informações primárias e secundárias e como essas foram obtidas. A etapa de campo se dividiu em duas fases. A primeira consistiu em realizar entrevistas semiestruturadas com representantes do poder público de cada um dos oito municípios estudados, a saber: Brasópolis,

Cristina, Delfim Moreira, Itajubá, Maria da Fé, Marmelópolis, Paraisópolis e Piranguçu. A segunda, ocorrida em Itajubá, efetivou-se por meio da entrevista com o diretor de cultura e do levantamento sobre os agentes culturais bem como a aplicação de questionários. Nas entrevistas, foram capturadas informações sobre a visão que esses possuem acerca dos artistas de seu município, da participação em editais, da organização da pasta da cultura, de seu financiamento e dos demais aspectos relevantes que eles indicaram para a pasta. Os gestores foram entrevistados em seus respectivos municípios, em lugares escolhidos por eles, na sede da prefeitura ou nos prédios destinados à pasta da cultura.

Registra-se que as entrevistas ocorreram no período de outubro de 2017 a abril de 2018, com duração entre uma a três horas, o que dependeu da disponibilidade do gestor. Todas as conversas foram gravadas e sistematizadas para análise e contaram com a participação dos pesquisadores do NEID, que executam pesquisas circunscritas no campo da cultura dentro do projeto “Observatório de Desenvolvimento e Cultura no Sul de Minas Gerais”.

A segunda fase, restrita ao município de Itajubá, teve como partida as buscas por registros de agentes culturais. Essa escolha se dá, fundamentalmente, por três motivos. Primeiro: Itajubá é o município com o maior número de habitantes da microrregião, sendo um centro comercial e de serviços para as cidades vizinhas, condição que se espalha também para as ofertas e oportunidades de arte e cultura. Segundo: as pesquisas do NEID já atuam nessa região, fazendo uso dos campos de conhecimentos já obtidos. Terceiro: o município de Itajubá é o único da microrregião que concluiu a maior parte das etapas de adesão ao Sistema Nacional de Cultura, ocasionando, assim, uma melhor apreensão e comprometimento com o cenário artístico e cultural.

Dentro dessa escolha, realizaram-se as visitas em arquivos de secretarias municipais de cultura, institutos, escolas e bases de dados similares – clubes, restaurantes, bares, ONG’s – que tinham informações de pertinência. Após identificados, começaram as inserções ao campo para os diálogos com os agentes encontrados.

As conversas tiveram efeito dominó, pois um agente indicava outros e assim sucessivamente. Quando não havia indicações, estas eram requisitadas e o círculo se fechou quando elas começaram a ser repetidas.

Atesta-se que as conversas dialogais foram mediadas por perguntas objetivas catalogadas em um formulário, o qual foi aplicado a todos os agentes culturais indicados. Atesta-se também que o instrumento foi previamente aplicado e revisado antes das inserções de campo, com o tempo de duração média de 45 a 60 minutos.

As informações obtidas apontaram para a existência de cerca de 320 registros de artistas junto à Prefeitura de Itajubá, caracterizados em diversas frentes de expressões culturais. Dos identificados, foi possível aplicar, pessoalmente, o questionário a 80 deles.

No que tange ao critério de análise dos dados, ele foi elaborado com base nos enunciados sobre agente cultural, cultura e políticas culturais apresentadas no bojo desse subitem. Antes, porém, os dados foram organizados e sistematizados em categorias de análise, as quais pressupõem os fundamentos teórico-metodológicos indicados para a leitura da cultura e do papel dos agentes culturais.

Em outros termos, consideram-se as falas dos gestores públicos e os dados obtidos com os questionários para se traçar um paralelo com o campo teórico privilegiado como possibilidade de obtenção de interpretação da realidade local.

Com essa estratégia, discute-se o papel do desenvolvimento e das políticas públicas, relacionado com a cultura e a tecnologia, na pretensão de trazer elementos para subsidiar futuras ações no campo das políticas públicas culturais.

### **Em pauta, as políticas públicas culturais: a participação em editais de fomento**

Do agente cultural se espera militância. Ele, nesse estágio de clareza, traduz-se em um elemento de participação democrática em instituições e redes. O agente cultural “encara o relacionamento com o território que dá sentido à sua experiência de vida como dimensão vital para desenvolver a cultura, a cidadania e os direitos culturais” (RUBIM, 2017, p.25). Ao privilegiar esses aspectos, não se desconsidera as contradições e tensões envolvidas nesses processos, mas atribui, ao agente cultural, dentro de um sistema de comunicação de regras, leis e tecnologias democráticas, a

possibilidade de realizar e de exercer atividades de consolidação da cidadania e dos direitos culturais.

Dentro do sistema legal, a cultura, em seus aspectos institucionais, estabelece-se pela existência de normativas organizadoras e norteadoras do acesso às políticas e aos recursos públicos. Os editais de fomento, sejam eles provenientes do poder público ou do privado, são as principais políticas de financiamento da cultura no Brasil. Eles possibilitam, de maneira aparentemente democrática e igualitária, que as mais diversas expressões culturais obtenham o seu espaço.

O valor movimentado pela principal lei de fomento no Brasil, a Lei Rouanet, é tão expressivo quanto o próprio orçamento da Secretaria Especial da Cultura. No entanto, quando se faz um recorte do interior do estado, os resultados são diferentes. A maioria dos agentes entrevistados nunca participou de editais de financiamento (61%), sejam eles públicos ou privados. Dentre os que não participaram, o principal motivo reside na falta de conhecimento sobre editais (36,2%), seguido por falta de adequação do edital ao trabalho realizado pelo agente (25,5%) e, por fim, relataram não saber como se escreve um projeto cultural (19,1%).

Em relação ao alcance dos editais, a maioria dos participantes afirmou que tomou conhecimento do edital através de amigos (68,8%), sejam eles editais municipais, estaduais, federais ou privados, com uma pequena variância nessa distribuição. Os meios de comunicação de massa ainda não atingiram aqueles mais distantes dos grandes centros, sendo que a divulgação boca a boca ainda se faz mais presente e relevante nesses cenários.

Entre aqueles que já participaram de algum edital de fomento, quase a metade afirmou que não foram contemplados pelo edital. Tal fato pode refletir a característica de “política de balcão” dos editais de fomento. As principais dificuldades encontradas, sejam por aqueles contemplados ou não, reside na elaboração do projeto, na obtenção do patrocínio (captação de recursos) e na prestação de contas.

Aqui, se faz presente a importância de cursos de formação na área de produção e gestão cultural, principalmente nos temas relacionados à elaboração de projetos culturais e como eles se organizam em sua completude. O Estado, ao conformar uma política de edital em detrimento do patrocínio direto, tem como obrigação garantir, de maneira homogênea, o alcance de seus editais a todas as camadas da população (RUBIM *et al.*, 2009). Isso inclui o conhecimento necessário para se redigir a proposta cultural que atenda ao edital, o manuseio da interface digital para inscrever a proposta e também como, onde e de que maneira é possível captar recursos e prestar contas.

Dentre os entrevistados que participaram de editais, mais da metade afirmou que a participação trouxe benefícios posteriores em sua atuação como agente cultural, uma vez que este exige conhecimento mais técnico e abrangente da área, como o funcionamento de políticas culturais e os elementos de controle e gestão. Esse aspecto está em conformidade com as respostas dos gestores públicos dos municípios, cujo conhecimento sobre o SNC alargaram suas visões sobre o campo da cultura, refletindo de maneira positiva em suas atuações.

Tratando-se, então, da visão dos gestores públicos, para o representante A, o acesso a editais de fomento não tem se mostrado efetivo, uma vez que o contingente da prefeitura é reduzido, e não tenha quem o redija de forma eficaz.

A: A dificuldade de mão de obra da prefeitura que se dedique a isso, porque é uma questão de fôlego, estamos com o índice da folha ali, sempre ali, medindo todo mês uma conta estatística para não extrapolar para não vir improbidade em cima do prefeito.

Além disso, ter o projeto aprovado, seguindo os critérios dos editais, mostrou-se um problema. Tal fato mostra a barreira da linguagem e da interface de comunicação estabelecida pelo SNC, ainda não absorvida por agentes locais. Como relatado por G, mesmo com a captação de recursos já acordada com uma instituição privada, o projeto do representante não foi aprovado.

B: Esse ano a gente participou de seis editais e não fomos contemplados. A gente participou de um edital promovido pelo Circuito Turístico, com fundo do circuito, a gente foi contemplado, duas cidades foram contempladas, mas, em editais da PADEMIG, edital da CEMIG, a concorrência é muito grande também, né?! E muitos projetos bons, muitos projetos bons.

G: A gente já tinha negociado com a DELPHI, a DELPHI já tinha topado, ela ia topar, fazer o procedimento todo, mas a gente não foi aprovado, não.

C: Eu tenho duas experiências. Da reforma da estação, gente, eu mandei desde o primeiro edital o projeto para participar na rede de infraestrutura. Foram três anos e não aprovava.

Um segundo motivo apontado foi a dificuldade em ter o projeto financiado, devido à falta de um “parceiro de dentro”, ou seja, alguma influência política que facilite o financiamento do projeto enviado. O mesmo problema foi relatado pelo representante G. Representantes apontam sobre a características de “política de balcão”. Essa parceria relatada reside em estabelecer uma rede de contatos para que o projeto enviado não seja “engavetado”. Nesses dois casos, foram feitos comentários sobre haver um conhecimento prévio de quem avalia os projetos, algum contato dentro da instituição em que se está pleiteando um projeto para concorrer ao edital:

A: Porque ganhamos o de Furnas? Foi uma influência política, um deputado que conhece a diretoria aqui. Agora estamos tentando outro deputado. É isso. A realidade é essa. Não se iludam, você põe o edital, você faz tudo, um trabalho imenso, gigantesco. Você vai ver, se você não usar a influência política, não vem. A realidade é essa.

G: Tem que ter um parceiro lá dentro do governo para você conseguir ganhar, né? A gente conseguiu ganhar esse patrocínio da CEMIG. A gente conseguiu. Era um edital, a gente conseguiu ganhar, só que a gente tinha um parceiro lá dentro, então, é difícil ganhar esses editais, né? Se não tiver um parceiro lá dentro.

Há também algumas restrições de participação em editais, disponíveis somente para municípios que façam parte de um algum circuito turístico. Caso o município não faça parte do circuito, ele não poderá concorrer ao edital, o que é visto com certa dúvida pelos gestores.

B: Vale muito a pena isso, eu não questiono isso. O problema é a incoerência de certas ações. Você pega um edital público, onde um município que não é circuitado tem direito a uma verba que o Estado, o próprio Estado, exige que você seja circuitado para ter. Então são muitas falhas, né?! Mas tem editais, tem chamamentos públicos, tem é, às vezes, a Secretaria de Estado dá algum apoio, às vezes não financeiro, mas com estrutura. Um evento, por exemplo, pode ajudar com uma tenda, né?!, banheiro químico. Ações que ajudam bastante também às vezes.

A falta de conhecimento na elaboração dos projetos também é vista como um entrave para se obter recurso via editais. Seja pelo fato de não encontrar editais que se encaixem no perfil das atividades do município seja na falta de conhecimento técnico e prático sobre os trabalhos realizados, sobre como isso deve ser descrito no texto.

E: Já, a gente já tentou participar sim! Mas, geralmente, é bem difícil você conseguir algum edital que contemple a gente aqui.

C: Mas, eu ainda acho que a dificuldade nossa não é ter acesso aos editais. É, por exemplo, “ah, tem um edital do audiovisual, ah, meu Deus, mas como que elabora um edital de audiovisual? Que aspecto? O que exatamente? Como é que eu posso elaborar?”. É do projeto em si a dificuldade maior.

Não foi mencionado, durante as entrevistas, a participação das prefeituras em editais estaduais e federais voltados para a classe artística, como o Lei Rouanet ou a Lei Estadual da Cultura.

Apontado tanto pelos agentes culturais quanto pelos gestores públicos, o processo de escrita dos projetos a fim de participar dos editais não é fácil. Além dos já citados, são vários os problemas a serem enfrentados. A escrita e a participação em editais não são remuneradas e não trazem garantias de que ele será aprovado, sendo arriscado para os agentes culturais deixarem de realizar o seu trabalho para apostar em uma possibilidade sem certezas. É possível ainda trazer aqui a visão que os gestores têm sobre os artistas, de que estes precisam ser empreendedores de sua arte.

O método de participação nos editais converge para essa ideia, pois, a não ser que o artista contrate uma empresa terceirizada para redigir o projeto, é ele próprio que deve escrever o projeto, captar o recurso, executar a atividade e realizar a prestação de contas. Todos esses passos são penosos e exigem tempo e esforço, sendo difícil para o agente cultural ser responsável por todo o processo e ainda realizar sua atividade artística-cultural.

Por fim, como relatado por Barros (2011) e Rubim *et al.*, (2009), a aplicabilidade e funcionalidade de editais de fomento não é tão efetiva quanto se esperava, atuando mais como um mecanismo de exclusão do que de inclusão, o que ficou constatado na microrregião de Itajubá, Sul de Minas Gerais.

## Comunicação e desenvolvimento: ferramentais digitais e interface das políticas culturais



No mundo conectado e globalizado, com os meios de comunicação presentes em praticamente todos os lugares, ao alcance de nossas mãos, a tecnologia digital é um dos pilares fundamentais que sustentam a rede mundial de computadores.

Na aproximação com as pesquisas de Carniello; Santos (2013, p. 325-345) e de Carniello; Santos; Galvão Júnior; Oliveira (2016, p. 3-30), vê-se que a revolução tecnológica do século XX traz a reboque o desenvolvimento das tecnologias de comunicação. Esse impacta processos e práticas sociais em diversas ordens e frentes – sistemas produtivos, registro de informação, difusão de novas subjetividades – e reverbera nas concepções convencionadas dos sistemas de linguagens de comunicação.

A tecnologia pressupõe transformações radicais e severas para as pessoas, para as entidades e para as instituições do nosso tempo. Ela pressupõe também salientar que, das mais corriqueiras funcionalidades do cotidiano aos grandes centros computacionais científicos, a utilização da ferramenta computador, em suas diversas formas, se faz presente na atual sociedade. Entre os agentes culturais, algumas ferramentas recebem um destaque especial.

Quando perguntados sobre quais ferramentas digitais são utilizadas em seu trabalho, a mais utilizada, 97,5% das respostas, inclui as redes sociais digitais para divulgação de suas atividades. Em segundo lugar aparecem aplicativos de comunicação instantânea (86,3%), seguidos por softwares comuns de escritório, como editores de texto e de planilhas (56,3%).

Esta informação vem ao encontro com a teoria de Canclini, uma vez que é possível se observar que a atividade artística não se constrange pela presença da tecnologia, que a comunicação mediada pelo computador não substitui as tradições, nem a massifica homoganeamente, mas sim transforma os meios pelos quais se renova o saber e a sensibilidade dessas expressões (CANCLINI, 2015, p.262-263).

Sobre as vantagens que as ferramentas digitais têm, a maioria dos entrevistados (78,8%) afirmou que elas ajudam muito em seu trabalho; uma pequena parcela (12,5%) diz que ajudam em determinados momentos somente; e a minoria (8,7%) afirmou que faz pouco uso de ferramentas digitais ou que preferem se organizar de uma maneira mais tradicional, com papel e caneta.

Pôde-se identificar, no tópico anterior, que a maioria dos entrevistados não participa de editais de fomento. Esse fato auxilia na interpretação da próxima pergunta feita, sobre o contato com plataformas digitais do Ministério da Cultura, como o Salic.web, o Siconv e o SNIIC. Uma minoria (12,7%) respondeu que já teve contato com estas plataformas, sendo que a grande maioria sequer ouviu falar destes sistemas de informação.

Essa informação é agravante no tocante às pretensões do SNC em relação ao SNIIC e ao Mapa da Cultura. A falta de dados dentro desses sistemas dificulta a elaboração de políticas culturais que respondam aos anseios da classe artística, uma vez que o perfil dos artistas não pode ser analisado em larga escala. De acordo com Silva (2008, p. 45), entender de maneira mais sistemática o campo da cultura é bastante difícil sem esses sistemas.

Dentre os respondentes que já utilizaram algumas dessas plataformas, as respostas se dividem entre uma fácil utilização do sistema (41,7%), não havendo dificuldades com a sua interface, e entre uma não muito fácil (33,3%), enfrentando dificuldades, porém obtendo sucesso ao preencher os devidos formulários e cadastros. Como retratado por González (2012, p. 36), não basta ter acesso a essas ferramentas digitais, é preciso, acima de tudo, “gerar e organizar uma profunda transformação social em relação a eles”.

Se apoderar dessas interfaces digitais possibilita não só participar de maneira mais efetiva do cenário cultural que vem sendo construído com o SNC, mas também oferece uma oportunidade de reversão do quadro de exclusão em que se encontram os não iniciado em computadores e nos territórios não atualizados com a comunicação (CASTELLS, 2016, p.80).

A relação dos agentes culturais com editais de fomento não é dada como certa, são inúmeras as complexidades que envolvem o processo de oferta do edital, o seu alcance e as interfaces de participação. Dessa maneira, a atuação dos agentes culturais não é consignada a esse tipo de ação do poder público, sendo que os agentes buscam, por meios alternativos, para realizar o seu trabalho, muitas vezes dentro do campo da informalidade.

Essa baixa utilização das políticas culturais e ausência do poder público pode ser interpretada pela visão que os gestores públicos possuem sobre os artistas de seus municípios, que devem ser empreendedores de seus trabalhos. Conceito atrelado à lógica do modo de produção vigente. O empreendedor é aquela pessoa que aposta na livre concorrência do mercado e cria o seu

próprio produto ou serviço a fim de se destacar entre os demais e, assim, obter o seu lucro, criando suas próprias oportunidades.

O empreendedorismo, como é tido nos moldes atuais, com o suporte de incubadoras de empresas e criação de *startups*, tem suas raízes no mercado de produção tecnológica e traz dele as suas principais características, como a mínima intervenção estatal nos processos e práticas empresariais, o caráter meritocrático associado ao sucesso individual e a necessidade da derrota de uns, para a vitória de outros.

Nas falas dos entrevistados, atrela-se a figura do empreendedor à do artista, pois esses acreditam que o bom desempenho econômico do artista é resposta somente de seu singular esforço e capacidade, ignorando todo o contexto e conjunturas nas quais ele se insere. É possível identificar esta abordagem nas falas dos gestores C e H:

C: [A] oportunidade é para todos, ela [a artesã] é empreendedora, está buscando o caminho dela.

H: Nós temos muitos artistas, muito bons, que talvez não sejam tão empreendedores como outros que a gente vê por aí, né, que não consigam ainda viver da arte. [...]. Para eles, eu acho que falta um incentivo empreendedor, sabe? Um incentivo não só financeiro, mas aquele incentivo de você empreender a sua arte.

Essa é uma visão contraditória partindo do poder público, pois ao relegar o sucesso ao próprio artista, ou seja, a geração de renda, para que consigam “viver da arte”, os gestores tiram de suas secretarias a responsabilidade de serem interventores na realidade desses artistas. Incentivar o empreendedorismo entre os artistas é incentivar a concorrência, na qual uns precisam falhar para que outros possam vencer, gerando assim uma sociedade marcadamente desigual (ANDERSON, 1995, p.12). Mesmo que a artesã referida busque o seu próprio caminho, prover condições mínimas para que esse caminho seja trilhado se faz necessário.

Com o título simbólico “Muitas vozes, um mundo”, o relatório MacBride, como ficou conhecido, aponta como a concentração de poder e a inequidade de transferência de tecnologias fortalece um cenário no qual manifestações culturais periféricas são fragilizadas frente à homogeneização impostas pelas grandes nações (UNESCO, 1980, p.XIII), modelo copiado pelos gestores públicos estudados. Isso também se dá principalmente pelo fato do comércio ter se expandido e adquirido um caráter global, sustentado pelo novo movimento neoliberal, defendendo a ideia de que tudo é passível de se comprar e vender. Contudo, não se pode aplicar esse conceito integralmente aos bens e serviços culturais, uma vez que eles possuem uma dupla natureza, simbólica e econômica, e “não podem ser equivalentes ‘a simples mercadorias’, já que veiculam sentidos, valores e identidades” (PITOMBO, 2011, p.39).

Canclini (2015, p.89) denuncia a tendência que a iniciativa privada, empreendedora, possui de concentrar seus esforços para as expressões artísticas voltadas para as elites, para aqueles que possuem poder aquisitivo para consumi-la, e para as massas, que possuam um apelo popular, consumido em larga escala. Segundo Benjamin, o avanço tecnológico coloca a expressão artística em segundo plano (2011, p.253), como um acessório, favorecendo outros aspectos das criações artísticas, como o econômico e a político (2011, p.253).

Em contraste, a cultura sobrevive, vezes escondida ou nostálgica na memória das pessoas locais. No texto *As "Coisas de Minas": questões sobre Desenvolvimento e Turismo*, Pimenta (2017, p. 153-180) reitera a importância de se preservar, fora das dificuldades tecnológicas de acesso aos recursos à cultura, as coisas de Minas.

O Sul de Minas Gerais, ao longo de sua história traz a pluralidade cultural e artística da região. Do ponto de vista artístico, conta com nomes importantes que influenciaram gerações e deixaram um grande legado (GUIMARÃES, 1999), a exemplo dos músicos Frutuoso de Lima Vianna, Dércio Marques e os atuais Ivan Vilela, Grupo Telhado e cantos corais, os artistas plásticos Amílcar de Castro e André Vizzoto, designers Leonardo Bueno e Domingos Tótorá, os escritores e poetas Gildes Bezerra, José Nogueira da Costa e Murilo Rubião.

Essa região é rica em patrimônios históricos e culturais tombados. Dados do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA, 2017), apontam que a microrregião soma 74 bens protegidos, pela União e pelo Estado, até o ano de 2017.

Em grande medida, a tecnologia pode ser utilizada para além das dificuldades que ela provê. A criação de redes entre esses artistas, os poderes público e privado e a sociedade civil pode alargar a utilização de plataformas digitais, redes sociais baseadas na web, acessadas por computadores,

celulares e afins. Trata-se de constituir as condições para divulgação do trabalho artístico, de maneira rápida e gratuita. Essa rede tem potencial para aproximar grupos e pessoas com os mesmos objetivos.

Não basta desenvolver plataformas digitais complexas e distribuídas se o conhecimento e o acesso a essas ferramentas não são difundidos pelo Estado. É preciso romper essa brecha digital, favorecendo de maneira homogênea os agentes culturais não contemplados pela tecnologia presente nas camadas mais favorecidas da sociedade. São consideradas também as premissas de Castells quando este afirma que:

O que deve ser guardado para o entendimento da relação entre a tecnologia e a sociedade é que o papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinados. (CASTELLS, 2016, p.70).

No campo da cultura, a tecnologia, em termos de acesso aos editais e recursos disponíveis, não pode ser uma interface de exclusão ou de venda de facilidades às dificuldades instrumentais que ela gera.

### Considerações finais

A discussão sobre as formas de acesso e os meios de comunicação para a divulgação das políticas públicas da cultura traz elementos para reflexão sobre cultura.

As formas de acesso interferem no processo de obtenção de financiamento e de geração de renda dos artistas, pois não é tranquilo o domínio das tecnologias e dos meandros para o levantamento de recursos, tanto por parte dos agentes quanto por parte do poder público.

Os meios de comunicação, especialmente aqueles utilizados pelos agentes culturais, artistas e organizações culturais, permitem uma sobrevida do fazer cultural, com base na leitura que esses fizeram do uso das tecnologias e das redes sociais digitais. Estas se caracterizam como ferramentas nas suas práticas artístico-culturais.

Esses dois elementos abrem um leque de questões, as quais ultrapassam a proposta de identificar de que forma o sistema de comunicação afeta a dinâmica do acesso às políticas públicas em nível econômico-estrutural das atividades desenvolvidas pelos agentes culturais. Os editais, as plataformas, as concessões e as formalizações aparentam práticas democráticas ou equânimes, mas se revelam excludentes, seletivas e pouco disponíveis para determinado público que não domina o uso desses instrumentos de comunicação.

As prefeituras da microrregião de Itajubá e os agentes culturais têm dificuldades estruturais para acessar recursos públicos e privados em concorrências de escala estadual e federal. Por outro lado, de forma endógena, as prefeituras dispõem de poucos recursos para a pasta da cultura e privilegiam os “grandes” eventos, como aniversário da cidade, carnaval, festa junina, entre outros.

Dentro desse universo, não se constitui uma política pública de cultura para além do calendário oficial e dos eventos costumeiros. Não significa que não ocorra tentativas por parte do poder público ou de agentes culturais. Contudo, não promovem políticas públicas, capacitação de pessoas para elaboração de projetos consistentes e acesso aos editais.

As prefeituras devem ter um papel preponderante na valorização da cultura material e imaterial do lugar. Deve também, em forma de consórcio com os demais municípios, alavancar o desenvolvimento por meio da cultura, apostando e estruturando um escritório de captação de recursos privados e públicos em escala estadual e nacional. Ela deve ainda promover a capacitação de funcionários da pasta da cultura, extensivo aos agentes culturais, dentro dos parâmetros do sistema de comunicação e das plataformas tecnológicas para elaboração, execução, prestação de contas, avaliação e acompanhamento das “coisas” da cultura da microrregião.

Do ponto de vista dos resultados apresentados, a proposição de efetivar a triangulação entre cultura, desenvolvimento e tecnologia merece, no futuro, a inserção de outros olhares no campo da ciência política, do simbólico, da administração pública, da economia, da contabilidade, dos artefatos, das sociabilidades, da ideologia para que se ajustem melhor às vertentes do interdisciplinar.

A cultura, ultrapassado o foco sociológico aqui privilegiado, é rica por sua complexidade. As dinâmicas do desenvolvimento, das tecnologias e dos sistemas de comunicação não capturam a

riqueza, a diversidade, as diferenças e a pluralidades presentes no que se convencionou denominar-se de cultura.

A cultura em seu estado livre, fora dos sistemas de comunicação ou padronizações tecnológicas – leis, normas, editais, plataformas digitais etc. – supera a lógica binária mercado-ideologia, supera manipulações morais ou conservadoras. Portanto, discutir os tensionamentos promovidos entre a prática dos agentes culturais no campo das políticas públicas da cultura na microrregião de Itajubá – extensivo às regiões com características semelhantes –, com a ênfase no uso das tecnologias digitais para constituição de processos de geração de renda, não é um exercício simples, muito menos fácil.

Nesse campo de tensão, sem perder de horizonte os significados e os sentidos do conjunto de saberes e fazeres artístico-culturais, interpretar a forma como as políticas públicas culturais alteram e modificam a gestão e a produção da cultura, impõe percursos com capacidade de capturar as intencionalidades do SNC e os anseios dos agentes culturais, o que, por si só, não é tarefa trivial.

Uma aposta pulsante no ideário mercadológico atual é a de que o agente cultural seja empreendedor, empresário de sua prática cultural. Essa aposta distancia a responsabilidade do poder público sobre as questões públicas pertinentes à preservação do patrimônio cultural e da resistência do local aos constantes apagamentos e abafamentos da cultura local, face ao significado caracterizado à cultura dentro da lógica do desenvolvimento pensado pelo homem público. Outra aposta plausível, menos visualizada na pesquisa de campo, é a de estruturação de políticas públicas da cultura de caráter democrático e emancipatório, as quais promovam autonomia dos agentes culturais.

Trata-se de tarefa que supere gestão pública de quatro anos. No caso da microrregião de Itajubá foi possível identificar usos de tecnologias por parte dos artistas e agentes culturais bem como a participação tímida deles em editais de financiamento para as prefeituras. Ultrapassado a esfera municipal, o uso de leis de incentivo fiscal, tanto federais quanto estaduais, como a Lei Rouanet e Lei Estadual de Incentivo à Cultura, não foi detectada. Em outros termos, a dificuldade na elaboração do projeto não é a única barreira, as barreiras assumem perspectivas ideológicas, barganha política, laços e redes de influência, seleção de práticas culturais, enfim, ganham significados de mercado ou de negócio, limitando práticas e atividades culturais que não estejam no bojo desse sistema de comunicação social.

## Agradecimentos

À FAPEMIG – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais e à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio.

## Referências

ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BARROS, José M. *A sociedade civil e a educação na proteção e promoção da diversidade cultural*. In: BARROS, José M.; KAUARK, Giuliana (org.). **Diversidade cultural e desigualdade de trocas: participação, comércio e comunicação**. São Paulo: Itaú Cultural; Observatório da Diversidade Cultural, Editora PUC/Minas, 2011.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. In: Vários autores. **Teoria da cultura de massa / introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios**. São Paulo. Edições Sesc São Paulo, 2016.

CANCLINI, Néstor G. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. – 4. ed. 7. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CARNIELLO, Mônica Franchi; SANTOS, Moacir José dos. Comunicação e desenvolvimento regional. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. V. 9, n. 2, p. 325-345, mai-ago/2013, Taubaté, SP, Brasil.

CARNIELLO, Mônica Franchi; SANTOS, Moacir José dos; GALVÃO JÚNIOR, Lourival da Cruz; OLIVEIRA, Edson Aparecida Querido de Araújo. Comunicação para o desenvolvimento: considerações para uma construção de Interfaces temáticas. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. V. 12, n. 4 (número especial), p. 3-30, dez/2016, Taubaté, SP.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17ª edição, revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Brasil: Projeto Periferia, 2003.

GONZÁLEZ, Jorge A. **Entre cultura(s) y cibercultur@(s): incursões e outras rotas não lineares**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012.

GUIMARÃES, Armelim. **Vultos inesquecíveis do Itajubá de ontem**. Primeira Série. 1999.

IEPHA - INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Relação de Bens protegidos pelos Municípios (apresentados ao ICMS-Patrimônio Cultural), pela União e pelo Estado – até o ano de 2017 / exercício 2018**. Diretoria de Promoção – Gerência de Cooperação Municipal. Iepha/MG. Secretaria de Cultura. Belo Horizonte/MG. 2017.

LEMOS, André. **Isso (não) é muito Black Mirror: passado, presente e futuro das tecnologias de comunicação e informação**. Salvador: EDUFBA, 2018.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; SOUZA, Natácia Lamoglia; LIMA, Lucas Peixoto; FERREIRA, Sabrina Moraes; OLKIVEIRA, Silas Dorival. **Cultura, Políticas e Desenvolvimento: as correlações entre o local, o Plano Municipal de Cultura de Itajubá, MG, e geração de renda**. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. V. 14, n. 4, p. 6-44, jul/2018 (ed. especial), Taubaté, SP, Brasil.

PIMENTA, Carlos A. M. As "Coisas de Minas": questões sobre Desenvolvimento e Turismo. In: **Turismo e Desenvolvimento: outros caminhos**. Porto Alegre: CirKula, 2017, p. 153-180.

PITOMBO, Mariella. *Choque de civilizações?*. In: BARROS, José M.; KAUARK, Giuliana (org.). **Diversidade cultural e desigualdade de trocas: participação, comércio e comunicação**. São Paulo: Itaú Cultural; Observatório da Diversidade Cultural, Editora PUCMinas, 2011.

SILVA, Rosimeri C. **Revista Observatório Itaú Cultural**. São Paulo: Itaú Cultural. 2008.

RUBIM, Antônio A. C. **Agentes culturais: delimitações e contextos de atuação**. Salvador: RUBIM-UFBA, 2017.

RUBIM, Antônio A. C.; BARBALHO, Alexandre; COSTA Leonardo. **Mapeamento da formação e qualificação em organização cultural no Brasil**. Salvador: Universidade Federal da Bahia. 2009.

UNESCO. *Many Voices One World. Towards a new more just and more efficient world information and communication order*. Kogan Page, London/Unipub, New York/Unesco, Paris. 1980.



*Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.*